



PLR: não é concessão, mas uma conquista dos bancários

Sindicatos reivindicam antecipação e bancos começam a divulgar pagamento da segunda parcela

Em meados dos anos 90 o movimento sindical começou a debater a necessidade da criação de uma Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para os trabalhadores, o que já existia nos países mais desenvolvidos. A campanha dos sindicatos culminou com a criação, ainda no governo transitório de Itamar Franco, em 1994, a legislação que estabeleceu esta conquista.

"A categoria bancária foi a primeira a garantir a PLR estabelecida em nossa Convenção Coletiva de Trabalho que garantiu este direito a todos os bancários e bancárias em nível nacional. É importante entender que a PLR não é uma concessão dos bancos, mas uma conquista, fruto das lutas coletivas da classe trabalhadora", explica a presidenta em exercício do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro Kátia Branco.

MAIS CONQUISTAS

As conquistas dos bancários referentes à participação nos lucros não pararam por aí. Em 1996 a categoria garantiu

Bancos que confirmaram data da segunda parcela

25/2 - Itaú, Santander e Safra

*Confira aqui em nosso site, as novidades sobre o pagamento da PLR em seu banco.

que a parcela proporcional passasse de 72% do salário-base para 80% do salário do empregado.

O teto da regra básica da parcela proporcional passou a ser de R\$ 3 mil e, quando majorada, de R\$ 6 mil. A parcela fixa foi reajustada para R\$ 300

e o teto e a parcela fixa passaram a ser reajustados anualmente.

Em 2006, a parcela proporcional saltou para 90% do salário e a regra básica majorada caso o montante total distribuído aos trabalhadores não atingisse 5% do lucro líquido.



PLR: a categoria bancária foi a primeira no Brasil a conquistar este direito

Em 2009, o cálculo deixou de ser feito a partir da variação do lucro. Os trabalhadores passaram a receber um valor correspondente a 2% do lucro líquido do banco, distribuído linearmente, também com previsão de tetos individuais. Em 2013, a parcela adicional passou a corresponder a 2,2% do lucro líquido ainda distribuído de forma linear.

Em vários bancos foram acrescentados também uma distribuição própria dos lucros para os empregados, inclusive nos bancos públicos. Na Caixa, os empregados conquistaram em 2010 a PLR Social (4% do lucro líquido anual). No Banco do Brasil, além de receber a regra básica da Fenaban, os funcionários conquistaram o pagamento do Módulo BB, composto por uma parcela fixa, determinada pela divisão linear de 4% do lucro líquido de cada semestre, e uma parcela variável, válida para os funcionários comissionados.

Os sindicatos anualmente solicitam aos bancos a antecipação da segunda parcela da PLR, cuja data-limite para ser creditada é 1º de março.

Sindicato oferece Sede Campestre para vacinação de crianças contra a Covid-19

Em ofício enviado em 1º de fevereiro ao secretário municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Daniel Soranz, a diretoria do Sindicato ofereceu o espaço da Sede Campestre, em Jacarepaguá, para a vacinação contra o novo coronavírus. A decisão foi tomada diante do aumento brutal dos casos de contaminação no estado do Rio e em todo o país, sobretudo pela variante Ômicron, de mais rápida transmissão, podendo ser letal no caso de não vacinados e integrantes do grupo de risco com comorbidades.

A presidenta em exercício do Sindicato, Kátia Branco, explicou que a decisão foi tomada por sugestão do Grupo de Trabalho da entidade. O GT é formado pelos diretores das Secretarias de Saúde, Edelson Figueiredo; Políticas Sociais, Robson Santos; e Ad-



TODOS CONTRA A COVID - O Sindicato contribuindo para a proteção da vida das crianças

ministração, Alexandre Batista, e foi criado para receber denúncias sobre descumprimento dos protocolos de prevenção contra a

doença e cobrar dos bancos que respeitem estas normas, além de promover políticas gerais de proteção da categoria.

“A ideia inicial de ceder as instalações da Sede Campestre foi possibilitar às bancárias e bancários que não podem levar seus filhos para vacinação nos dias úteis, que o fizessem nos fins de semana. Mas, diante da disparada de casos, decidimos oferecer o espaço, que é amplo, também à população para vacinação da faixa etária de cinco a 11 anos, ajudando, desta forma, a ampliar o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra Covid-19”, explicou a dirigente.

“Estamos atravessando um momento muito grave com uma terceira onda da Covid-19, sendo mais do que necessário estarmos todos juntos para garantir a vacinação mais rápida possível a um contingente maior de crianças”, acrescentou.

BASTA DE RACISMO

Assassinatos de negros no Brasil geram indignação e protestos

O protesto contra o assassinato do jovem negro Moise Kabagambe, realizado no último sábado (5), em frente ao quiosque “Tropicália”, na Barra da Tijuca, onde o trabalhador congolês foi morto a pauladas, contou com a participação de centenas de pessoas, em solidariedade à família do rapaz africano. A manifestação teve a presença de entidades do movimento negro e de defesa dos direitos humanos. Segundo os familiares, Moise foi brutalmente morto na noite de 24 de janeiro porque cobrava do patrão, dono do quiosque, o pagamento de R\$200 referente a diárias de seu trabalho no estabelecimento comercial.

O secretário de Combate ao



Almir Aguiar, secretário de Combate ao Racismo da Contraf-CUT (de preto, à direita) no protesto, na Barra

Racismo da Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro) Almir Aguiar, que participou do ato, dis-

se que a tragédia vivida pela família africana no Rio não é um caso isolado, mas é fruto de uma sociedade racista e xenófoba.

“Dados da ONU (Organização das Nações Unidas) mostram que, a cada 23 minutos morre um negro ou negra no Brasil. Queremos justiça para o Moise, mas também para todos os negros que estão sendo mortos em nosso país todos os dias”, disse o sindicalista, lembrando também da morte de mais um negro, Durval Filho, na última quarta-feira (2) com três tiros por um militar que “confundiu” o seu vizinho com um bandido, em São Gonçalo, região metropolitana do Rio.

Houve protesto também em São Paulo, em frente ao Masp (Museu de Arte Moderna), na Avenida Paulista e até no exterior, em Berlim, na Alemanha, em frente à embaixada do Brasil.

BANCÁRIO

Presidenta em exercício: Kátia Branco – Av. Pres. Vargas, 502 /17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** Carlos Vasconcellos e Olyntho Contente - **Diagramador:**

Marco Scalzo - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 10000

Empregados cobram protocolos mais eficientes no combate à Covid-19



Empregados cobram protocolos mais eficientes no combate à Covid-19 em atividade do Sindicato no Centro e na Tijuca

O Sindicato dos Bancários do Rio realizou na quinta-feira, 3 de fevereiro, um protesto para exigir medidas mais eficientes de prevenção à Covid-19 e em defesa da vida dos empregados da Caixa Econômica Federal. Os bancários cobram ainda melhorias no atendimento do plano de assistência dos trabalhadores da empresa. Com a sobrecarga do sistema público de saúde, os funcionários passaram a encontrar mais dificuldades também no Saúde Caixa.

A atividade fez parte do Dia Nacional de Luta e contou com manifestações em todo o país. O movimento sindical está preocupado com a explosão de novos casos da variante Ômicron que tem

tido um crescimento exponencial na categoria.

NEGACIONISMO

No Rio, dirigentes sindicais estiveram em agências da Avenida Passos, no Centro, e Praça Saens Peña, na Tijuca, na Zona Norte, dialogando com os empregados da Caixa que deram total apoio à manifestação e disseram estar preocupados com a falta de cuidados da direção do banco. O Sindicato distribuiu uma carta aberta à população destacando a importância da prevenção à Covid-19.

“Chamamos a atenção para o momento

delicado que estamos vivendo, dos cuidados redobrados que devemos ter com as variantes, especialmente a quem faz parte do grupo de risco e denunciemos os casos de descumprimentos dos protocolos de prevenção nas unidades”, explica o diretor do Sindicato Rogério Campanate, que é membro da Comissão Executiva dos Empregados (CEE-Caixa).

A negociação da CEE com representantes da Caixa, realizada na última quarta-feira (2), para debater os protocolos de prevenção à covid apresentou avanços importantes. Confira detalhes da reunião em nosso site: www.bancariosrio.org.br

Bradesco e Itaú perdem de novo na Justiça e são obrigados a reintegrar



O bancário Paulo Roberto, a advogada Manuela Martins, a bancária Viviane Toledo e o diretor da Secretaria de Saúde, Edelson Figueiredo

O Sindicato vem travando batalhas no campo jurídico conseguindo seguidas reversões de demissões ilegais. Foi o que mais uma vez

aconteceu no dia 19 de janeiro, quando o juiz Paulo Rogério dos Santos, da 21ª Vara do Trabalho, determinou a reintegração de Paulo Roberto Cabral Cruz. O bancário foi demitido doente pelo Bradesco em 7 de fevereiro último, tendo o magistrado considerado a dispensa ilegal já que se encontrava em licença para tratamento médico, concedida pelo INSS, de 14 de dezembro a 20 de abril. A ação foi elaborada pela advogada Manuela Martins, da Secretaria de Assuntos

Jurídicos do Sindicato.

DISPENSAS NA PANDEMIA

Um mês antes, em 3 de dezembro, em outra decisão, em ação feita também pela mesma advogada, a juíza Gabriela Canellas Cavalcanti, da 67ª Vara do Trabalho, determinou ao Itaú que reintegrasse Viviane Toledo Correia. Considerou que a dispensa descumpriu o compromisso assumido não apenas pelo Itaú, mas por todos os bancos, de não realizar demissões enquanto perdurasse a pandemia do novo coronavírus; e que foi ilegal e nula porque a bancária se encontrava doente, com lesões por esforço repetitivo em função do trabalho que realiza, e ainda de licença para tratamento pelo INSS.

Comando se reúne nesta terça (8) com Fenaban para debater demandas de prevenção à Covid. O resultado da negociação você confere em nosso site: www.bancariosrio.org.br

Caixa: Sindicato entra com petição para garantir sétima e oitava horas

A Secretaria de Assuntos Jurídicos do Sindicato entrou com petição na Justiça do Trabalho, no último dia 28, solicitando que a Caixa Econômica Federal seja intimada a apresentar a listagem de todos os empregados ocupantes de cargos técnicos que por esta condição tiveram reconhecido o direito à jornada de seis horas e, consequentemente, a receber a sétima e oitava horas, no caso dos que trabalhavam oito horas.

“Esse requerimento, se acatado pelo juiz, evitará a exclusão de qualquer trabalhador do rol de beneficiários da ação declaratória da jornada de seis horas movida em 2006 e ganha pelo Sindicato”, explicou o advogado Márcio Cordero,



assessor jurídico da diretoria do Sindicato. A diretora da Secretaria de Bancos Públicos da entidade, Sonia Eymard, explicou que outro objetivo é viabilizar e acelerar o cálculo dos valores a receber. A dirigente lembrou que a ação das seis horas (processo 0101100-07.2006.5.01.0043), precedeu

outras como a do pagamento da sétima e oitava horas com o acréscimo do adicional de 50%.

Ao longo desses anos a Caixa tentou, de diversas formas (reestruturação de cargos e salários, mudança de nomenclaturas, renúncia da ação como condição para participar de processos seletivos de ascen-

são profissional), desvirtuar essa grande vitória da categoria, inclusive pela imposição da Comissão de Conciliação Prévia (CCP). Essas coações foram denunciadas ao MPT e então impedidas.

ENTRE EM CONTATO

Os empregados que desejarem entrar em contato com o Jurídico para mais informações podem fazê-lo pelo e-mail juridico@bancariosrio.org.br ou pelos telefones 2103-4130/4131/4104/4129. Bancários sindicalizados contam com a comodidade do atendimento por videoconferência, que pode ser agendado pelos mesmos telefones, 10 às 14 horas.

JURÍDICO EM AÇÃO

Justiça obriga Itaú a fornecer dados da apólice do seguro de vida

Num processo julgado em última instância, sem direito a recurso, a Justiça do Trabalho determinou ao Itaú que encaminhe aos funcionários o teor da apólice do seguro de vida paga mensalmente por eles. A ação coletiva foi movida pelo Sindicato, e elaborada pelo assessor jurídico da diretoria da entidade, o advogado Márcio Cordero, em 2016 porque, por mais absurdo que pareça, apesar de pagar, os bancários nunca tiveram acesso às cláusulas da apólice.

A partir da decisão em última instância o Itaú apresentou no processo, recentemente, as apólices dos bancários do período de 24



Adriana Nalesso: apólices estão à disposição dos bancários e bancárias e agendamento deve ser feito por telefone

de abril de 2011 a 2021. A obrigação deixa de valer para os anos anteriores devido à

prescrição de cinco anos. Estão excluídos os bancários dispensados antes de 24 de abril de 2014 em razão da prescrição bienal (prazo em que o empregado pode ingressar com a reclamação trabalhista após a rescisão do contrato de trabalho).

COMO AGENDAR

A diretora de Secretaria de Assuntos Jurídicos do Sindicato, Adriana Nalesso, explica que as apólices estão à disposição dos bancários e bancárias que deverão agendar data e horário para retirada do documento. O agendamento pode ser feito pelos telefones: 2103-4130, 4131/4104/4129.

A dirigente acrescentou que

no ato do comparecimento poderão verificar se têm outros direitos a receber. Márcio Cordero explicou que o Sindicato verificou nas apólices que existem indenizações em valores diferenciados para os bancários que se acidentaram e que permanecem com lesões. “Trata-se, infelizmente, de uma realidade do segmento bancário, haja vista as inúmeras ações de reintegração existentes. O Sindicato convoca o bancário para receber a sua apólice, bem como para os que apresentam problemas de saúde, avaliar sobre a possibilidade de ajuizamento de ação para a cobrança do seguro”, informou.